



**ORDEM  
DO CARMO**  
\* 1736 \*

**VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE NOSSA SENHORA DO CARMO**

**Relatório e Contas | 2022**





Página 2 NIF: 500 746 974

Praça Carlos Alberto, Nº 1/4  
4050 - 157 - Porto

## CONTEÚDO

Relatório de Gestão	5
Balanço	14
Demonstração dos Resultados por Naturezas	15
Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais	16
Demonstração de Fluxos de Caixa	18
Anexo às Demonstrações Financeiras	19
Relatório de Exame	
Parecer do Definitório	

## INDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO.....	5
BALANÇO .....	14
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS .....	15
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS.....	16
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	18
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	19
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE.....	19
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	20
2.1. Bases de Apresentação .....	20
2.2. Derrogação das disposições da NCRF-ESNL.....	21
2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras.....	21
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS .....	21
3.1. Bases de Apresentação .....	21
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	22
4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS ...	29
5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	30
6. ATIVOS INTANGÍVEIS.....	32
7. FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	33
8. INVENTÁRIOS .....	33
9. RÉDITO .....	34
10. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES, ATIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS.....	34
11. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	35
12. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO .....	35
13. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS.....	35
14. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS.....	36
15. OUTRAS INFORMAÇÕES .....	36
15.1. Investimentos Financeiros.....	37
15.2. Clientes e Utentes.....	37
15.3. Créditos a Receber .....	38
15.4. Diferimentos .....	38
15.5. Outros ativos correntes .....	39
15.6. Caixa e Depósitos Bancários .....	39
15.7. Fundos Patrimoniais.....	39
15.8. Provisões.....	41
15.9. Fornecedores .....	41
15.10. Estado e Outros Entes Públicos.....	41

*Pedro*







ORDEM  
DO CARMO  
\* 1736 \*



ORDEM  
DO CARMO  
\* 1736 \*

NIF: 500746974

Praça Carlos Alberto, Nº 1/4  
4050 - 157 - Porto

15.11.	Outros Passivos Correntes e Não Correntes .....	42
15.12.	Subsídios, Doações e Legados à Exploração .....	42
15.13.	Fornecimentos e serviços externos .....	43
15.14.	Outros rendimentos .....	44
15.15.	Outros gastos .....	44
15.16.	Resultados Financeiros .....	45
16.	APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	45
17.	EVENTOS SUBSEQUENTES .....	45
18.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	45

Exmas. Irmãs e Exmos. Irmãos da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo

Nos termos das disposições Estatutárias, temos a honra de submeter à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e Contas relativo ao período de 31 de dezembro de 2022.

## RELATÓRIO DE GESTÃO

Pretende-se, com o presente Relatório, dar conhecimento, a todos os Irmãos e às Entidades com quem esta Instituição se relaciona no seu dia-a-dia, dos factos e ocorrências mais relevantes que se verificaram no decurso deste exercício respeitante à atividade socioeconómica da **Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo**, no exercício de 2022.

### 1. ANÁLISE DA CONJUNTURA ECONÓMICA

#### ECONOMIA INTERNACIONAL<sup>1</sup>

Em 2022-23, a economia mundial é condicionada pela inflação elevada, aperto das condições financeiras e grande incerteza geopolítica, recuperando, com a dissipação destes efeitos, somente a partir de 2024.

Durante o ano de 2022, verificou-se uma desaceleração do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da Zona Euro de 6% em 2021, para 3,4% em 2022. Esta desaceleração deveu-se (i) ao aumento exponencial da taxa de inflação e, conseqüentemente ao aumento do custo de vida das famílias, (ii) ao agravamento das condições financeiras da maioria dos países da Zona Euro, (iii) à invasão da Ucrânia pela Rússia e (iv) à persistência da pandemia COVID-19.

As projeções do Eurosistema apontam para uma ligeira contração do PIB na Zona Euro em 2023 (crescimento projetado em cerca de 0,3%), num contexto de erosão do poder de compra, níveis elevados de incerteza e deterioração da confiança dos consumidores. Esta projeção incorpora evoluções distintas entre os vários países, com contrações em 2023 nos países mais afetados pela

<sup>1</sup> Fonte: Banco de Portugal

crise energética. Em 2024-25, a atividade na Zona Euro recuperará à medida que as pressões inflacionistas e a elevada incerteza se dissipam, traduzindo-se num crescimento em torno dos 1,9%.

Além da política monetária, os surtos de COVID-19 na China, as restrições de mobilidade como parte da estratégia COVID-0 e a invasão russa da Ucrânia influenciaram a redução da atividade económica da Zona Euro. Os bloqueios da China impuseram restrições consideráveis internamente e prejudicaram as cadeias de fornecimento globais. A guerra na Ucrânia e os cortes cada vez maiores no fornecimento de gás para a Europa ampliaram as tensões preexistentes nos mercados globais de bens primários, elevando os preços do gás natural.

As economias europeias – incluindo a maior, a Alemanha – estão expostas ao impacto dos cortes no fornecimento de gás. A incerteza contínua sobre o fornecimento de energia contribuiu para um crescimento mais lento da atividade económica da Europa, particularmente na indústria, diminuindo a confiança do consumidor e, da empresa. No entanto, uma forte recuperação nas economias do sul da Europa, dependentes do turismo, ajudou a desacelerar a procura, ajudando a controlar o aumento da inflação.

Segundo dados do Eurosistema, a inflação aumentou para 8,4%, em 2022. A partir de 2023, antecipa-se uma redução gradual, para 6,3% em 2023, 3,4% em 2024 e 2,3% em 2025, dada a calibração da política do Banco Central Europeu (BCE) e os efeitos desfasados do enfraquecimento da economia.

Os preços de importação dos concorrentes abrandam ao longo do horizonte, projetando-se um crescimento em torno dos 2% em 2024-25, por contraste aos preços internacionais do petróleo e das matérias-primas não energéticas que decrescem em 2023. No que se refere aos preços internacionais do gás, (i) a acumulação de reservas de gás na Europa, (ii) o aumento da oferta de gás natural liquefeito, (iii) o fornecimento de gás pela Noruega e (iv) as medidas da União Europeia para redução do consumo contribuíram para a correção do preço do gás no quarto trimestre do ano de 2022, após um aumento bastante significativo no trimestre imediatamente anterior após o corte no fornecimento de gás pela Rússia. No entanto, os preços dos contratos de futuros permanecem elevados, refletindo a incerteza sobre o plano de substituição do gás da Rússia.

A inflação elevada tem um impacto significativamente negativo sobre a atividade e o rendimento, sobretudo para as famílias de menores recursos. A subida acentuada da inflação na Zona Euro e a sua persistência levaram o Conselho do BCE a iniciar um processo de normalização da política



monetária [as taxas de juro de curto prazo estão previstas aumentarem em 2023, e diminuir gradualmente a partir de 2025, segundo dados do BCE].

Os aumentos das taxas de juro têm-se repercutido no custo de financiamento das empresas e famílias, o que contribui para conter as pressões inflacionistas. A diminuição da inflação é essencial para a recuperação do poder de compra das famílias e para suportar uma retoma da atividade em contexto de menor incerteza. A perda de termos de troca induzida pela subida dos preços de importação das matérias-primas energéticas constitui uma perda de rendimento real da economia que deve ser assumida e partilhada por todos os agentes. É importante que os aumentos de salários e margens de lucro sejam consistentes com um quadro de estabilidade de preços, contribuindo para evitar pressões inflacionistas e preservar a competitividade externa. Assim, à política monetária é necessário juntar o esforço dos restantes setores institucionais — administrações públicas, empresas e famílias — para que o processo inflacionista seja invertido e limitado no tempo.

Em conclusão, para os anos seguintes a política monetária deve manter o rumo de forma a restaurar a estabilidade dos preços, e a política fiscal deve visar o alívio das pressões sobre o custo de vida das famílias, mantendo uma postura suficientemente restritiva e alinhada com a política monetária. As reformas estruturais podem apoiar ainda mais a luta contra a inflação, melhorando a produtividade e aliviando as restrições do lado da oferta, enquanto a cooperação multilateral é necessária para acelerar a transição para a energia verde e evitar a fragmentação.

## ENQUADRAMENTO NACIONAL<sup>2</sup>

De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, a economia portuguesa cresceu 6,8% durante o ano de 2022, continuando a beneficiar da recuperação do turismo e do consumo privado.

As perspetivas de curto prazo para a economia portuguesa antecipam uma desaceleração significativa da atividade económica face ao ano de 2022, o que reflete as repercussões da invasão da Ucrânia e o impacto dos choques adversos que ocorreram ao longo do ano. Assim, segundo dados do Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá crescer 1,5% em 2023, expandindo-se a um ritmo próximo de 2% nos anos de 2024-25.

<sup>2</sup> Fonte: Banco de Portugal

O consumo privado cresceu 5,9% no ano de 2022, beneficiando (i) da eliminação das restrições associadas à pandemia COVID-19, (ii) da estagnação do rendimento disponível real, condicionado pelo aumento significativo da taxa de inflação e (iii) da redução da taxa de poupança para valores historicamente baixos (4,4%). Num contexto de eliminação das restrições associadas à pandemia, as famílias aumentaram o consumo, especificamente em bens e serviços cuja despesa havia sido adiada nos dois últimos anos, utilizando parte da poupança acumulada durante a crise. Em 2023, prevê-se um ligeiro aumento do consumo privado, cerca de 0,2%, associado à menor almofada financeira das famílias, ao aumento do serviço da dívida e à baixa confiança dos consumidores. Contudo, para os anos de 2024-25, prevê-se um crescimento anual, em média, de 1,0%, o que reflete a dissipação da incerteza e um crescimento moderado do rendimento disponível real, num quadro de redução da inflação e estabilização das taxas de juro, prevendo-se, igualmente, uma ligeira redução do serviço de dívida.

O consumo público cresceu 2% em 2022, contrastando com um crescimento de 4,6% no ano anterior. Este decréscimo reflete a redução dos efeitos associados à pandemia, incluindo um menor crescimento do emprego nas administrações públicas. Para 2023, é ainda prevista uma ligeira desaceleração que tem subjacente a hipótese de um menor crescimento do emprego público, parcialmente compensada por uma aceleração da despesa líquida em bens e serviços, em linha com o previsto no Orçamento do Estado. Em 2024 e 2025, apesar do contributo da execução de projetos financiados pelo PRR (Plano de Resolução e Resiliência), é assumida uma desaceleração gradual do consumo público num contexto de estabilização do emprego nas administrações públicas.

O investimento sentiu um abrandamento do seu crescimento, situando-se somente em 1,3%, explicado pelo adiamento de projetos num contexto de elevada incerteza, restrições da oferta de materiais e mão-de-obra, aumento dos custos de produção, agravamento das condições de financiamento e abrandamento da procura. Nos anos seguintes, (i) a dissipação da incerteza, (ii) a melhoria das perspetivas de procura global e (iii) o aumento da entrada de fundos da União Europeia, em particular dos associados ao PRR, traduziram-se num maior crescimento do investimento.

O mercado de trabalho manteve um comportamento favorável em 2022, perspetivando-se uma estabilização do emprego e da taxa de desemprego em 2023-25.

Para 2022, estima-se um crescimento anual do emprego de 2,3% e no período 2023-25 o emprego apresenta um crescimento baixo, em torno de 0,1%, em termos médios anuais. A taxa de



desemprego diminuiu em 2022, para 5,9%, valor historicamente baixo, estimando-se que o mercado de trabalho se encontre próximo do pleno emprego. A percentagem de empresas que relataram dificuldades na contratação de pessoal qualificado permanece historicamente elevada nos principais setores de atividade. Apesar do abrandamento da atividade, projeta-se uma estabilização da taxa de desemprego em 2023-25, num contexto de escassez de mão de obra — dado o crescimento limitado da força de trabalho — que encoraja as empresas a reterem os seus trabalhadores.

A inflação, medida pela variação do IHPC, aumentou ao longo de 2022 de forma mais rápida e persistente do que o esperado, situando-se em 8,1% (0,9% em 2021).. Este aumento é justificado, essencialmente, (i) pelas pressões externas sobre os bens energéticos e alimentares derivados pela crise energética sentida na Europa e pelas consequências que se começaram a sentir com a invasão da Ucrânia pela Rússia, que se propagaram, posteriormente, para as restantes categorias de bens e de serviços e (ii) por um forte aumento dos preços dos serviços associados ao turismo impulsionado pela forte recuperação do setor. Prevê-se uma redução da inflação durante os próximos anos, para 5,8% em 2023, 3,3% em 2024 e 2,1% em 2025, refletindo menores pressões de origem externa.

Prevê-se que o futuro da economia portuguesa seja delineado por importantes desafios nos próximos anos. A incerteza em torno das projeções acima referidas é elevada, sendo identificados riscos em baixa para a atividade económica e em alta para a inflação. O principal risco decorre da possibilidade de repercussões mais adversas do conflito na Ucrânia, em particular, sobre o abastecimento de energia à Europa — desencadeando uma nova escalada dos preços e cortes de produção – e sobre a confiança dos agentes. Outro risco relevante está relacionado com a possibilidade de ocorrer um crescimento mais forte dos salários e das margens de lucro das empresas, com efeitos de segunda ordem sobre os preços. Existem também riscos associados ao ritmo e à sincronização da subida de taxas de juro nas principais economias avançadas, que podem implicar um impacto mais restritivo que o projetado.

A incerteza sobre a persistência das pressões inflacionistas, associada quer à duração dos choques que lhe deram origem quer aos fatores de propagação, cria também incerteza sobre o processo de normalização monetária na Zona Euro. Uma maior persistência da inflação traduzir-se-ia num maior aperto da política monetária e das condições de financiamento, com repercussões sobre as decisões de consumo e de investimento.



Página 10

## 2. A VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE NOSSA SENHORA DO CARMO

As Ordens Terceiras tiveram na sua origem a intenção de estender aos leigos os benefícios espirituais das regras monásticas e alguns privilégios, graças e indulgências de que gozavam os religiosos regulares.

A Ordem Terceira do Carmo, fundada em 1736, teve a sua sede, de início, no Convento dos Carmelitas Descalços, mas, em 13 de maio de 1751, o Prior dos Carmelitas portugueses e os seus religiosos concordaram em ceder aos Terceiros o terreno e umas casas onde estes haviam de edificar a sua Capela e Casas da Secretaria.

No dia 29 de agosto de 1756, lançou-se a primeira pedra para a construção da Igreja da Ordem Terceira do Carmo. As obras começaram imediatamente de modo a que a Capela-Mor fosse utilizável como uma pequena igreja, tendo aberto ao culto em 24 de julho de 1768 enquanto se continuava a construção do templo.

O projeto foi da autoria do Arquiteto e Pintor José de Figueiredo Seixas, embora a Ordem, após ouvir a opinião de Nicolau Nasoni, decidisse alterar o projeto do varandim do frontispício da igreja.

A fachada lateral toda revestida de magníficos azulejos, formando 6 painéis, tem no painel maior a Imposição do Escapulário no Monte Carmelo. O autor do risco foi o artista italiano Silvestro Silvestri que, como gratificação, entrou em 1912 para Irmão da Ordem Terceira.

Terminada a construção da Igreja, a Ordem ocupou-se de uma obra não menos meritória, e edificou a casa onde os Irmãos pobres fossem recolhidos e tratados nas suas enfermidades – o Hospital.

O Hospital foi inaugurado em 08 de fevereiro de 1801 e manteve-se em atividade durante mais de 200 anos, tendo sido encerrado por decisão da Ordem, no ano de 2012, depois de vários anos com elevadas perdas, não resistindo à concorrência dos grandes grupos privados entretanto chegados à saúde e construído Hospitais no Porto.

Durante as invasões francesas, o Hospital do Carmo destacou-se pelo elevado profissionalismo do seu pessoal médico e de enfermagem, tratando igualmente soldados franceses e portugueses, tendo sido objeto de manifestações de apreço de ambos os lados do conflito. Recordar-se que um regimento



do General Souto ocupou as instalações do Convento dos Carmelitas e passou a utilizar o Hospital para tratar os seus feridos.

Em 1869, é inaugurado e benzido, em Agramonte, o Cemitério da Ordem do Carmo, que ainda hoje é o maior cemitério privado no Porto, com cerca de 2000 sepulturas das quais mais de 1000 são jazigos.

Em 1875, a Ordem do Carmo, inaugura um Asilo para recolher os Irmãos pobres, dando início a uma atividade que se mantém ainda hoje através do seu atual Lar. Estas funções sociais da Ordem, conjuntamente com a Residência Sénior, constituem atualmente as principais atividades da Instituição.

### 3. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

Destacamos a seguir as principais atividades desenvolvidas pela Mesa Administrativa no decurso de 2022:

#### Residência Sénior (ERPI)

- Com o fim da pandemia assistiu-se a uma grande recuperação da ocupação da ERPI, verificando-se um crescimento assinalável e bastante acima do previsto. No final de 2022 as vagas disponíveis encontravam-se totalmente preenchidas.

#### Circuito Turístico (Museu)

- Verificou-se um aumento substancial do número de visitantes para o que contribuiu a retoma do turismo no Porto depois de terminada a pandemia. O sentimento de agrado registado no final da visita é generalizado e muito gratificante para a Ordem do Carmo.

#### Cemitério Privativo

- O aumento considerável das concessões verificado em 2022 veio demonstrar que a atual gestão implementada no Cemitério Privativo da Ordem o transformou num dos importantes centros de receitas em resultado da crescente procura que se tem verificado.

#### Património Imobiliário

- Não foi ainda possível dar início à última fase da obra na ERPI porque continua em curso a ação de reivindicação da propriedade interposta pela Ordem à loja Lopo Xavier, tendo-se já iniciado o julgamento, e aguardando-se que em 2023 se conclua este processo. Isso irá permitir-nos, se a sentença nos for favorável proceder à adequação da ERPI às normas e disposições legais atualmente em vigor na Segurança Social.

Ao longo do ano decorreram obras de restauro e renovação nos 2º e 3º pisos que continuarão em 2023.

O exercício de 2023 já reflete a recuperação financeira da Ordem bastante acima do previsto, apresentando um confortável resultado positivo. Com o contributo de todos atingiu-se o objetivo pretendido, com o regresso à normalidade no funcionamento da Ordem do Carmo.

#### 4. DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL E SEGURANÇA SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2022, a Ordem do Carmo não tinha quaisquer dívidas nem à Administração Fiscal nem à Segurança Social.

#### 5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido positivo de 281.324,14 euros (Duzentos e Oitenta e Um Mil Trezentos e Vinte e Quatro Euros e Catorze Cêntimos) seja transferido na sua totalidade para a rubrica de Resultados Transitados.

#### 6. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício, nomeadamente situações ambientais e laborais que possam pôr em causa a atividade futura da empresa.



## 7. AGRADECIMENTOS

A todos os colaboradores, funcionários, pessoal de enfermagem e demais fornecedores e prestadores de serviços da Ordem do Carmo que em tempos de tanta angústia, de tanta carência e de tanto sacrifício permaneceram fiéis ao serviço dos mais carenciados, dos mais dependentes, dos que mais sofrem, a Mesa Administrativa deixa bem expresso o seu reconhecimento, o seu respeito, o seu afeto que mais não são do que o justo reconhecimento, respeito e afeto da Venerável Instituição que somos chamados a servir.

Aos Irmãos e à Mesa da Assembleia Geral apresentamos os nossos melhores cumprimentos e agradecemos o apoio e colaboração prestada.

Porto, 21 de março de 2023

A Mesa Administrativa



**Provedor** - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa



**Vice-Provedor** - João Ruy Ribas dos Santos



**Tesoureiro** - Maria Gabriela Guimarães Gaifem Ramos

\* 1736 \*  
NIF: 500 746 974

Praça Carlos Alberto, Nº 1/4  
4050-157 - Porto



**1.º Secretário** - Francisco Bernardo Sampaio de Almada-Lobo



**2.º Secretário** - José Manuel Cardoso Cabral de Menezes

BALANÇO

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE NOSSA SENHORA DO CARMO  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(valores em Euro)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	8 480 205,36	8 632 520,74
Ativos intangíveis	6	0,00	0,00
Investimentos financeiros	15.1	5 339,49	4 841,21
		8 485 544,85	8 637 361,95
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	8	1 217,04	1 159,63
Clientes	15.2	8 127,62	10 664,60
Estado e outros Entes Públicos	14; 15.10	2 947,40	3 815,99
Créditos a receber	15.3	4 513,29	129 136,19
Diferimentos	15.4	7 770,95	4 728,95
Outros ativos correntes	15.5	106 257,22	109 741,82
Caixa e depósitos bancários	15.6	1 093 622,65	784 467,47
		1 224 456,17	1 043 714,65
<b>Total do ativo</b>		<b>9 710 001,02</b>	<b>9 681 076,60</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	15.7	719 946,63	719 946,63
Reservas	15.7	243 502,52	243 502,52
Resultados transitados	15.7	-9 158 178,18	-9 514 378,42
Excedentes de revalorização	15.7	12 687 565,93	12 727 763,84
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	15.7	1 831 853,62	1 823 032,63
Resultado Líquido do período	15.7	281 324,14	316 002,33
<b>Total do fundo do capital</b>		<b>6 606 014,66</b>	<b>6 315 869,53</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	10; 15.8	10 000,00	10 000,00
Fornecedores	15.9	0,00	0,00
Outros passivos correntes	15.11	772 643,69	1 071 889,51
		782 643,69	1 081 889,51
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	15.9	4 060,45	12 271,79
Estado e outros Entes Públicos	14; 15.10	22 632,13	33 366,99
Financiamentos obtidos	7	0,00	0,00
Diferimentos	15.4	1 168 285,12	1 299 938,60
Outros passivos correntes	15.11	1 126 364,97	937 740,18
		2 321 342,67	2 283 317,56
<b>Total do passivo</b>		<b>3 103 986,36</b>	<b>3 365 207,07</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>9 710 001,02</b>	<b>9 681 076,60</b>

Porto, 21 de março de 2023

O Contabilista Certificado

*Ana Alexandra dos Santos Neves*  
Dra. Ana Alexandra dos Santos Neves (CC n.º 83.491)

A Mesa Administrativa

*Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa*  
Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa

*João Rodrigues dos Santos*  
Vice-Provedor - João Rodrigues dos Santos

*Maria Gabriela Guimarães Caífe Ramos*  
Tesoureiro - Maria Gabriela Guimarães Caífe Ramos

*Francisco Bernardino Almada Lobo*  
1.º Secretário - Francisco Bernardino Almada Lobo

*José Manuel Cardoso Cabral de Menezes*  
2.º Secretário - José Manuel Cardoso Cabral de Menezes





## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

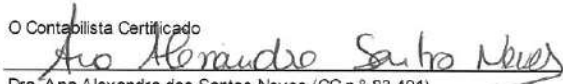
VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE NOSSA SENHORA DO CARMO  
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(valores em Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	9	1 457 484,51	861 882,58
Subsídios, doações e legados à exploração	15.12	20 586,39	31 201,35
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-25 588,63	-24 524,22
Fornecimentos e serviços externos	15.13	-605 591,52	-520 715,53
Gastos com o pessoal	13	-807 781,51	-727 426,88
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15.2; 15.3	0,00	-19 972,86
Provisões (aumentos/reduções)	10; 15.8	0,00	-10 000,00
Aumentos/reduções de justo valor	15.1	-4 474,82	-195,83
Outros rendimentos	15.14	430 146,78	937 385,35
Outros gastos	15.15	-7 161,17	-30 750,76
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		457 620,03	496 883,40
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5; 6	-176 295,89	-180 881,07
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		281 324,14	316 002,33
Juros e rendimentos similares obtidos	15.16	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	15.16	0,00	0,00
<b>Resultados antes de impostos</b>		281 324,14	316 002,33
Imposto sobre o rendimento do período	11	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		281 324,14	316 002,33


Porto, 21 de março de 2023

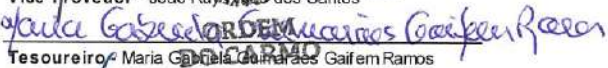
O Contabilista Certificado

  
Dra. Ana Alexandra dos Santos Neves (CC n.º 83.491)

A Mesa Administrativa

  
Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa

  
Vice-Provedor - João Rui Dias dos Santos

  
Tesoureiro - Maria Gabriela Guimarães Gaifem Ramos

  
1.º Secretário - Francisco Bernardino Alfredo Lobo

  
2.º Secretário - José Manuel Cardoso Cabral de Menezes





VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA NOSSA SENHORA DO CARMO  
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2022

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Translatados	Excedentes de revalorização			
6		719 946,63	243 502,52	-9 514 378,42	12 727 763,85	1 823 022,63	316 002,33	6 315 869,53
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>								
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação de resultados								
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais								
7		0,00	0,00	40 197,91	-40 197,91	0,00	0,00	0,00
8		0,00	0,00	0,00	0,00	8 820,99	0,00	8 820,99
9-7+8		0,00	0,00	0,00	-40 197,91	8 820,99	-316 002,33	8 820,99
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>								
10		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>								
Outras operações								
6+7+8+10	15,7	719 946,63	243 502,52	-9 158 178,18	12 887 565,94	1 831 853,62	281 324,14	6 606 014,66
<b>POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2022</b>								

Porto, 21 de março de 2023

O Contabilista Certificado

*Ana Alexandre Sousa Neves*  
Dra. Ana Alexandra dos Santos Neves (CC n.º 93.491)

A Mesa Administrativa da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, IPSS

Provedor - Rui Miguel Fernandes de Oliveira Barbosa  
 Vice-Provedor - José Rui Ribas de Santos  
 Tesoureiro - Maria Gabriela Fernandes Gaiem Ramos  
 1.º Secretário - Fernando António Almeida Lobo  
 2.º Secretário - João Miguel Carroço Cabral de Menezes

*Rui Miguel Fernandes de Oliveira Barbosa*

*Rui Manuel*

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA NOSSA SENHORA DO CARMO  
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(valores em Euro)

RUBRICAS	NOTAS	Periodos	
		2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		1 666 281,04	847 716,44
Recebimentos de subsídios, doações e legados		20 586,39	31 319,69
Pagamento a fornecedores		-611 235,11	-543 475,39
Pagamentos ao pessoal		-796 452,22	-714 895,31
Caixa gerada pelas operações		279 180,10	-379 334,57
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		10 011,73	15 889,10
Outros recebimentos/pagamentos		44 634,87	-112 093,82
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		333 826,70	-475 539,29
<b>Fluxos de caixa das atividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-23 980,51	-7 981,31
Investimentos financeiros		-1 607,47	-832,09
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		810,00	950 000,00
Investimentos financeiros		96,89	0,00
Juros e rendimentos similares		10,00	0,00
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		-24 671,09	941 186,60
<b>Fluxos de caixa das atividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Juros e gastos similares		-0,43	-23,85
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		-0,43	-23,85
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		309 155,18	465 623,46
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		784 467,47	318 844,01
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15.6	1 093 622,65	784 467,47

Porto, 21 de março de 2023

O Contabilista Certificado

*Ana Alexandra dos Santos Neves*  
Dra. Ana Alexandra dos Santos Neves (CC.n.º 83.491)

A Mesa Administrativa

*Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa*  
Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa

*João Ruy Ribas dos Santos*  
Vice-Provedor - João Ruy Ribas dos Santos

*Maria Gabriela Guimarães Gaifem Ramos*  
Tesoureiro - Maria Gabriela Guimarães Gaifem Ramos

*Francisco Bernardo Almada Lobo*  
1.º Secretário - Francisco Bernardo Almada Lobo

*Jose Manuel Cardoso Cabral de Menezes*  
2.º Secretário - Jose Manuel Cardoso Cabral de Menezes



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

#### Designação da entidade

Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo

#### Sede Social

Praça de Carlos de Alberto, n.º 32, 4099-004 Porto

#### Natureza da atividade

A Venerável Ordem Terceira do Carmo foi instituída no Porto a 13 de julho de 1736. Uma vez erguida a Igreja ainda no século XVIII viria a surgir o seu Hospital com o início do século seguinte (1801).

Na sequência da alienação de parte do edifício sede da Ordem do Carmo ocorrida em fevereiro de 2016, procedeu a uma reestruturação da atividade económica da Instituição.

Assim, podemos sistematizar as atuais valências da Ordem do Carmo discriminam-se, como segue:

- Igreja:** Contempla a Igreja do Carmo que é um Templo Majestoso, de rara beleza no estilo Barroco-Rococó. O seu interior, de uma nave só, é cheio de harmonia e enlevo, sendo uma autêntica oração em arte e beleza. A Igreja do Carmo e o serviço de culto religioso desde sempre mereceram um acompanhamento atento por parte da Mesa Administrativa que sempre procurou preservar a vocação religiosa da Instituição e a manutenção, conservação e disponibilidade do seu templo. Em abril de 2018, inaugurou-se a primeira fase do Circuito turístico da Ordem do Carmo, abrangendo a Casa Estreita (Escondida), a Igreja e as Catacumbas onde se instalou a exposição permanente das Pratas da Ordem, que em novembro e dezembro de 2017 estiveram expostas no Museu Soares dos Reis.
- Lares / Residência Permanente, agora denominado "ERPI":** O setor do ERPI constitui o núcleo da função social e assistencial da Instituição, pois que é aí onde se concentra a realização máxima do seu objeto estatutário na componente de solidariedade, de apoio e de proteção dos Irmãos mais desprotegidos e carenciados. A Mesa Administrativa sempre teve presente, com muita preocupação, o apelo de quantos procuravam e pediam ajuda na



carência, presença no abandono, assistência na doença, alimentos na fome, companhia na solidão. Atualmente, esta preocupação mantém-se e traduz-se na afetação de 20% dos quartos da ERPI a antigos funcionários e pessoas carenciadas, cuja contribuição é apenas simbólica, acrescendo ainda o fornecimento de refeições a irmãos externos a título gratuito. Esta é a atividade principal presente desenvolvida pela Ordem do Carmo.

3. **Cemitério:** Localizado em Agramonte (desde 1874) é destinado exclusivamente para os Irmãos da Ordem, não podendo obter a cedência dos terrenos para sepulturas ou jazigos, senão os Irmãos Beneficentes ou Beneficiados admitidos há mais de um ano. Na seção privativa da ordem, encontram-se alguns dos monumentos mais importantes existentes no Cemitério de Agramonte. Tem a Mesa Administrativa feito um grande esforço para garantir a manutenção do espaço do cemitério em condições de limpeza e de arranjo das áreas ajardinadas, reconhecendo, embora, a necessidade de uma maior intervenção ao nível da conservação dos jazigos e da capela que centraliza o culto no espaço sob gestão da Ordem.

É da opinião da Mesa Administrativa que estas Demonstrações Financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, relativas ao período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa à data de 31 de dezembro de 2022.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida pelo Sistema de Normalização Contabilística.

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Bases de Apresentação

Em 2022, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

## 2.2. Derrogação das disposições da NCRF-ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pela NCRF-ESNL.

## 2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são diretamente comparáveis com o exercício anterior.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

#### 3.1.1. Continuidade

A Mesa Administrativa entende que na presente data o equilíbrio financeiro da Ordem do Carmo encontra-se fortemente condicionado pelo sucesso das medidas operacionais atualmente em curso, em concreto, o exercício da sua atividade de acolhimento e apoio a idosos.

#### 3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (**Notas 15.3 e 15.11**) e “Diferimentos” (**Nota 15.4**).



### 3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### 3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades



necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

Os ativos fixos tangíveis, com exceção da rubrica de Edifícios e Outras Construções, encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. A rubrica de Edifícios e Outras Construções que foram alvo de reavaliação encontram-se registados ao justo valor.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo. Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, desde que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL ESTIMADA (EM ANOS)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3 a 50
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 6

A Ordem do Carmo revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Em maio de 2010, tomando como base o valor patrimonial tributário, a Ordem procedeu à reavaliação do seu Património Imobiliário (exceto Prédio sito na Rua Clemente Meneses, n.º 74/82 Porto, o qual foi reavaliado com base em relatório de um Perito Avaliador Independente). Os Investimentos em Imóveis doados à Ordem, só a partir do Exercício de 2010 passaram a ser relevados contabilisticamente. Estes Investimentos em Imóveis foram, em 2011, objeto de uma Reavaliação Independente, emitido pela CPU – Consultores de Avaliação, Lda. (Ver **Nota 5**. abaixo).

O Património Artístico, a 31 de dezembro de 2020, passou a ser relevado contabilisticamente. Um relatório de um Perito Independente datado de abril de 2017 estimou que o valor deste património ascende a cerca de 1.005.000 euros (Um Milhão e Cinco Mil Euros).

Com as alterações às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), as propriedades de investimento (terrenos e edifícios) passaram a ser reconhecidas como ativos fixos tangíveis, a partir de 01 de janeiro de 2016.

### 3.2.2. Ativos Intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados ao custo histórico, assim como os gastos adicionais suportados pela sociedade, necessários à sua implementação.

Os gastos capitalizados são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos ativos.



As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, sendo a sua vida útil estimada de 3 anos.

### 3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado (matérias-primas, subsidiárias e de Consumos). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes



### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

### Cientes e Créditos a Receber

Os "Clientes" e os "Créditos a Receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período. Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### 3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### 3.2.6. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um ex-fluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data. Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são



reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.7. Financiamentos Obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda.

A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

### 3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”



No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

## 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2022							
	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Alienação	Abates	Transferências	Imparidade Acumulada	Saldo em 31-Dez-2022
<b>Custo</b>							
Terrenos e recursos naturais	1 362 631,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 362 631,94
Edifícios e outras construções	8 583 000,55	20 860,80	0,00	0,00	0,00	0,00	8 603 861,35
Equipamento básico	203 350,80	3 119,71	0,00	0,00	0,00	0,00	206 470,51
Equipamento de transporte	11 723,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 723,16
Equipamento administrativo	1 204 310,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 204 310,86
Outros ativos fixos tangíveis	7 676,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 676,45
Bens do património histórico, artístico e cultural	1 004 586,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 004 586,00
Ativos fixos tangíveis em curso	58 564,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58 564,00
<b>Total (1)</b>	<b>12 435 843,76</b>	<b>23 980,51</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12 459 824,27</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>							
Edifícios e outras construções	2 415 051,16	167 846,01	0,00	0,00	0,00	0,00	2 582 897,17
Equipamento básico	168 739,95	7 280,85	0,00	0,00	0,00	0,00	176 020,60
Equipamento de transporte	9 094,61	875,48	0,00	0,00	0,00	0,00	9 970,09
Equipamento administrativo	1 202 760,85	193,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1 202 954,60
Outros ativos fixos tangíveis	7 676,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 676,45
<b>Total (2)</b>	<b>3 803 323,02</b>	<b>176 295,89</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3 979 618,91</b>
<b>Total (1)-(2)</b>	<b>8 632 520,74</b>	<b>-152 315,38</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8 480 205,36</b>

31 de dezembro de 2021							
	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Alienação	Abates	Transferências	Imparidade Acumulada	Saldo em 31-Dez-2021
<b>Custo</b>							
Terrenos e recursos naturais	1 445 956,94	0,00	-83 325,00	0,00	0,00	0,00	1 362 631,94
Edifícios e outras construções	9 018 210,49	7 681,31	-443 191,25	0,00	0,00	0,00	8 583 000,55
Equipamento básico	203 350,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	203 350,80
Equipamento de transporte	11 723,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 723,16
Equipamento administrativo	1 204 310,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 204 310,86
Outros ativos fixos tangíveis	7 676,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 676,45
Bens do património histórico, artístico e cultural	1 004 586,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 004 586,00
Ativos fixos tangíveis em curso	58 564,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58 564,00
<b>Total (1)</b>	<b>12 954 378,70</b>	<b>7 981,31</b>	<b>-526 516,25</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12 435 843,76</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>							
Edifícios e outras construções	2 349 416,95	171 574,97	-105 940,76	0,00	0,00	0,00	2 415 051,16
Equipamento básico	161 751,77	8 988,18	0,00	0,00	0,00	0,00	168 739,95
Equipamento de transporte	8 219,12	875,48	0,00	0,00	0,00	0,00	9 094,61
Equipamento administrativo	1 202 373,36	387,49	0,00	0,00	0,00	0,00	1 202 760,85
Outros ativos fixos tangíveis	7 676,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 676,45
<b>Total (2)</b>	<b>3 729 437,65</b>	<b>179 826,12</b>	<b>-105 940,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3 803 323,02</b>
<b>Total (1)-(2)</b>	<b>9 224 941,05</b>	<b>-171 844,81</b>	<b>-420 575,49</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8 632 520,74</b>



O Património Artístico, a 31 de dezembro de 2020, passou a ser relevado contabilisticamente. Um relatório de um Perito Independente datado de abril de 2017 estimou que o valor deste património ascende a cerca de 1.005.000 euros (Um Milhão e Cinco Mil Euros).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de Terrenos e Edifícios detalham-se como segue:

INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	ANO AQUISIÇÃO	31.12.2022	31.12.2021
<b>TERRENOS E RECURSOS NATURAIS</b>			
Praça Carlos Alberto, 1/4 - Art.º 2912	2010	101 050,69	101 050,69
Praça Carlos Alberto, 5/6 - Art.º 2918	2010	60 015,68	60 015,68
Praça Carlos Alberto, 7/8 - Art.º 2924	2010	93 255,62	93 255,62
Praça Carlos Alberto 9/16 - Art.º 367	2010	307 619,95	307 619,95
Praça Carlos Alberto, 17/18 - Art. 2936	2010	59 350,25	59 350,25
Rua Guerra Junqueiro, 71 - Art.º 2134	2010	86 000,00	86 000,00
Rua Guerra Junqueiro, 33 - Art.º 2159	2010	50 950,00	50 950,00
Rua Guerra Junqueiro, 47 - Art.º 1672	2010	75 200,00	75 200,00
Cemitério	2011	319 418,75	319 418,75
Outros		209 771,00	209 771,00
<b>Total Ativos Fixos Tangíveis - Terrenos (1)</b>		<b>1 362 631,94</b>	<b>1 362 631,94</b>
<b>EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES</b>			
Praça Carlos Alberto, 1/4 - Art.º 2912	2010	229 213,71	235 373,20
Praça Carlos Alberto, 5/6 - Art.º 2918	2010	136 133,82	139 792,04
Praça Carlos Alberto, 7/8 - Art.º 2924	2010	211 532,14	217 216,48
Praça Carlos Alberto 9/16 - Art.º 367	2010	697 775,70	716 526,50
Praça Carlos Alberto, 17/18 - Art. 2936	2010	134 624,44	138 242,10
Edifício Residência Ordem do Carmo - Praça Carlos Alberto, 32 - Art.º 2906	2010	2 074 869,48	2 173 279,62
Edifício de igreja do Carmo - Praça Carlos Alberto, 32 - Art.º 2906	2010	485 882,54	523 571,08
Rua Guerra Junqueiro, 71 - Art.º 2134	2010	204 061,22	204 061,22
Rua Guerra Junqueiro, 33 - Art.º 2159	2010	115 417,34	118 536,73
Rua Guerra Junqueiro, 47 - Art.º 1672	2010	170 351,02	174 955,10
Cemitério	2011	785 770,13	785 770,13
Outros		775 232,64	740 625,19
<b>Total Ativos Fixos Tangíveis - Edifícios (2)</b>		<b>6 020 864,18</b>	<b>6 167 949,39</b>
<b>Total Ativos Fixos Tangíveis (1)+ (2)</b>		<b>7 383 496,12</b>	<b>7 530 581,33</b>



Os Edifícios e Outras Construções, conforme referido na **nota 3.2.1**, foram objeto de reavaliação independente, em 2010 e 2011.

No exercício de 2021, existiu alienações de Ativos Fixos Tangíveis, conforme se detalha abaixo.

ALIENAÇÕES 2021	Valor de Aquisição	Valor Contabilístico	Depreciações Acumuladas	Valor de Venda	Mais/Menos Vália
<b>TERRENOS E RECURSOS NATURAIS</b>					
Rua Guerra Junqueiro, 57 - Art.º 2135 - Porto	83 325,00	83 325,00	0,00	187 500,00	104 175,00
Sub-Total	83 325,00	83 325,00	0,00	187 500,00	104 175,00
<b>EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES</b>					
Rua Guerra Junqueiro, 57 - Art.º 2135 - Porto	118 507,50	255 076,53	60 793,24	562 500,00	368 216,71
Edifício Rua S. Roque da Lameira 566 a 574	41 481,61	188 114,72	45 147,52	200 000,00	57 032,80
Sub-Total	159 989,11	443 191,25	105 940,76	762 500,00	425 249,51
<b>Total</b>	<b>243 314,11</b>	<b>526 516,25</b>	<b>105 940,76</b>	<b>950 000,00</b>	<b>529 424,51</b>

No exercício de 2022, não existiram alienações de Ativos Fixos Tangíveis.

## 6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Relativamente aos Ativos Intangíveis, os movimentos ocorridos, no período de 2022 e 2021, foram os seguintes:

31 de dezembro de 2022				
	Saldo em 01-jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Saldo em 31-dez-2022
<b>Custo</b>				
Programas de computador	10 504,95	0,00	0,00	10 504,95
<b>Total (1)</b>	<b>10 504,95</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10 504,95</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>				
Programas de computador	10 504,95	0,00	0,00	10 504,95
<b>Total (2)</b>	<b>10 504,95</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10 504,95</b>
<b>Total (1)-(2)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

31 de dezembro de 2021				
	Saldo em 01-jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Saldo em 31-dez-2021
<b>Custo</b>				
Programas de computador	10 504,95	0,00	0,00	10 504,95
<b>Total (1)</b>	<b>10 504,95</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10 504,95</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>				
Programas de computador	10 127,81	377,14	0,00	10 504,95
<b>Total (2)</b>	<b>10 127,81</b>	<b>377,14</b>	<b>0,00</b>	<b>10 504,95</b>
<b>Total (1)-(2)</b>	<b>377,14</b>	<b>-377,14</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 7. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não existiam financiamentos obtidos.

## 8. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica Inventários apresentava os seguintes valores:

	2022	2021
Mercadorias	1 217,04	1 159,63
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1 217,04</b>	<b>1 159,63</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica de Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas detalha-se como segue:

	2022	2021
Inventários iniciais	1 159,63	5 503,56
Compras	25 646,04	20 180,29
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00
Inventários finais	1 217,04	1 159,63
<b>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</b>	<b>25 588,63</b>	<b>24 524,22</b>

## 9. RÉDITO

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
ERPI	629 513,81	519 479,48
Cemitério	290 699,00	156 261,00
Museu	537 271,70	186 142,10
<b>Vendas e Prestação de Serviços</b>	<b>1 457 484,51</b>	<b>861 882,58</b>

## 10. PASSIVOS CONTINGENTES, ATIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS

### Passivos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Ordem do Carmo não tinha processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes.

Todos os processos em curso, à data da entrada do Plano Especial de Revitalização (PER) encontram-se suspensos dado o cumprimento do PER por parte da Ordem do Carmo.

A Mesa Administrativa não tem conhecimento de qualquer litígio pendente ou potencial ou de qualquer reclamação de natureza fiscal ou outra, com consequências significativas para a Ordem do Carmo.

### Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Ordem do Carmo não tinha processos em curso que possam ser avaliados como ativos contingentes.

### Garantias

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não existem quaisquer garantias prestadas.



## 11. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto corrente contabilizado, é como segue:

Descrição	2022	2021
Imposto Corrente	0,00	0,00
Imposto Diferido	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

A decomposição do montante de imposto do período reconhecido nas Demonstrações Financeiras é conforme segue:

Descrição	2022	2021
IRC Liquidado	0,00	0,00
Tributação Autónoma	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Conforme o nº 1, alínea a) do art.10º do Código do IRC, estão isentas as instituições particulares de solidariedade social. Ora, sendo a Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) reconhecida pelo Ministro de Estado e das Finanças, onde se define a respetiva amplitude, de harmonia com os fins prosseguidos e as atividades desenvolvidas para a sua realização, está isenta do pagamento de Imposto sobre os Rendimentos de Pessoas Coletivas (IRC).

## 12. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Ordem do Carmo não efetuou transações em moeda estrangeira, não havendo alterações das taxas de câmbio.

## 13. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de empregados da entidade ao longo do ano, e o número no período findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi de:

	2022	2021
Número médio de empregados	49	49
Número de empregados no fim do período	54	49

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao Pessoal	659 638,49	594 283,17
Indemnizações	211,50	261,29
Encargos sobre as Remunerações	136 184,97	121 336,72
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	10 605,42	8 790,36
Gastos de Acção Social	807,15	1 278,71
Outros Gastos com o Pessoal	333,98	1 476,63
<b>Total</b>	<b>807 781,51</b>	<b>727 426,88</b>

#### 14. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Informa-se que em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Entidade não tem dívidas em mora à Segurança Social nem ao Estado.

#### 15. OUTRAS INFORMAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 15.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2022	2021
<b>Outros Investimentos Financeiros</b>		
Fundos Compensação do Trabalho	5 339,49	4 841,21
<b>Total</b>	<b>5 339,49</b>	<b>4 841,21</b>

Em 31 de dezembro de 2022 o montante evidenciado nesta rubrica de 5.194,88 euros refere-se às entregas mensais pela entidade empregadora para o Fundo Compensação Trabalho (FCT), mensuradas ao custo.

### 15.2. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica Clientes encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
<b>Clientes e Utentes c/c</b>	<b>8 127,62</b>	<b>10 664,60</b>
Clientes	2 000,00	8 800,00
Lares Utentes	6 127,62	1 864,60
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>	<b>167 032,84</b>	<b>167 032,84</b>
Clientes	161 207,84	161 207,84
Lares Utentes	5 825,00	5 825,00
<b>Total (1)</b>	<b>175 160,46</b>	<b>177 697,44</b>
<b>Imparidades de Clientes e Utentes c/c</b>	<b>-167 032,84</b>	<b>-167 032,84</b>
Clientes	-161 207,84	-161 207,84
Lares Utentes	-5 825,00	-5 825,00
<b>Total (2)</b>	<b>-167 032,84</b>	<b>-167 032,84</b>
<b>Total (1)+(2)</b>	<b>8 127,62</b>	<b>10 664,60</b>



Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento das imparidades é como segue:

Imparidades	2022	2021
Início período	167 032,84	147 060,18
Aumentos	0,00	19 972,66
Utilizações	0,00	0,00
Reduções	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00
<b>Final do período</b>	<b>167 032,84</b>	<b>167 032,84</b>

No período de 2021, a imparidade foi reforçada no valor de 19.972,66 por força de dois contratos de arrendamento que entraram em incumprimento (Alvorada Pomposa Lda e António Monteiro de Freitas). No período de 2022, não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade.

### 15.3. Créditos a Receber

A rubrica Créditos a Receber, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, detalha-se como segue:

Descrição	2022	2021
Devedores por acréscimos de rendimentos	209,77	353,90
Outros Devedores	4303,52	128 782,29
<b>Total</b>	<b>4 513,29</b>	<b>129 136,19</b>

### 15.4. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Diferimentos englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
<b>Gastos a reconhecer:</b>		
Seguros	4 618,35	2 131,71
Outros	3 152,60	2 597,24
<b>Total</b>	<b>7 770,95</b>	<b>4 728,95</b>
<b>Rendimentos a reconhecer:</b>		
Rendas	7 755,05	14 510,35
Outros	(a) 1 160 530,07	1 285 428,25
<b>Total</b>	<b>1 168 285,12</b>	<b>1 299 938,60</b>

(a) O valor de 1.160.530,07 euros, em 31 de dezembro de 2022, constante na rubrica "Outros" em Rendimentos a reconhecer refere-se ao perdão previsto no Plano Especial de Revitalização, a reconhecer em anos futuros, à medida que os pagamentos serão efetuados.

### 15.5. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o montante evidenciado nesta rubrica de 106.257,22 euros e de 109.741,82 euros, respetivamente, refere-se aos ativos financeiros (ações e fundos de investimento) detidos nos bancos BPI e BCP, valorizados ao justo valor.

### 15.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de Caixa e Depósitos Bancários, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	21 622,04	7 974,91
Depósitos à ordem	672 000,61	376 492,56
Depósitos a prazo	400 000,00	400 000,00
<b>Total</b>	<b>1 093 622,65</b>	<b>784 467,47</b>

### 15.7. Fundos Patrimoniais

Nos Fundos Patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2022
Fundos	719 946,63	0,00	0,00	719 946,63
Reservas	243 502,52	0,00	0,00	243 502,52
Resultados transitados	-9 514 378,42	40 197,91	316 002,33	-9 158 178,18
Excedentes de revalorização	12 727 763,84	0,00	-40 197,91	12 687 565,93
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 823 032,63	8 820,99	0,00	1 831 853,62
Resultado líquido do período	316 002,33	-34 678,19	0,00	281 324,14
<b>Total</b>	<b>6 315 869,53</b>	<b>14 340,71</b>	<b>275 804,42</b>	<b>6 606 014,66</b>

### Aplicação de Resultados

A Assembleia Geral Anual, relativa à aprovação de contas do exercício de 2021 deliberou que o Resultado Líquido Positivo do Exercício de 2021, de 316.002,33 euros (Trezentos e Dezasseis Mil e Dois Euros e Trinta e Três Cêntimos) fosse transferido na sua totalidade para a rubrica de Resultados Transitados.

### Excedentes de Revalorização

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Excedentes de Revalorização, detalha-se como segue:

	Saldo 31-12-2021	Depreciações exercício 2022	Alienações	Saldo 31-12-2022
Terrenos e Recursos Naturais	904 298,88	0,00	0,00	904 298,88
Edifícios e Outras Construções	11 823 464,96	-40 197,91	0,00	11 783 267,05
<b>Excedentes Revalorização AFT</b>	<b>12 727 763,84</b>	<b>-40 197,91</b>	<b>0,00</b>	<b>12 687 565,93</b>
<b>Valor Reavaliações Efetuadas</b>	<b>15 592 542,89</b>	<b>-40 197,91</b>	<b>0,00</b>	<b>15 552 344,98</b>

### Outras Variações nos Fundos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outras Variações no Fundo Patrimonial, refere-se a Doações, como segue:

Doações	2022	2021
Património mobiliário	1 004 586,00	1 004 586,00
Dolores Ferreira Tavares	352 445,98	352 445,98
Maria Raquel Cupertino Miranda	271 860,89	271 860,89
Maria Alzira Dias Gonçalves	51 886,69	51 886,69
Legado	41 481,61	41 481,61
Artur Gualberto Rodrigues	30 460,60	30 460,60
Outros	79 131,85	70 310,86
<b>Total</b>	<b>1 831 853,62</b>	<b>1 823 032,63</b>



## 15.8. Provisões

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Provisões, detalha-se como segue:

Descrição	2021	Aumentos	Reversão	2022
Processos judiciais em curso	10 000,00	0,00	0,00	10 000,00
<b>Total</b>	<b>10 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10 000,00</b>

## 15.9. Fornecedores

O saldo da rubrica de Fornecedores é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Fornecedores c/c	4 060,45	0,00	12 271,79	0,00
<b>Total</b>	<b>4 060,45</b>	<b>0,00</b>	<b>12 271,79</b>	<b>0,00</b>

## 15.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e outros Entes Públicos está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
<b>Ativo</b>		
Retenção Imposto sobre Rendimento	0,00	460,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2 454,90	2 863,49
Segurança Social	492,50	492,50
<b>Total</b>	<b>2 947,40</b>	<b>3 815,99</b>
<b>Passivo</b>		
Retenção Imposto sobre Rendimento	7 295,70	7 653,35
Segurança Social	15 177,87	25 606,74
Outros Impostos e Taxas	158,56	106,90
<b>Total</b>	<b>22 632,13</b>	<b>33 366,99</b>

Informa-se que em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade não tem dívidas em mora à Segurança Social nem ao Estado.

### 15.11. Outros Passivos Correntes e Não Correntes

A rubrica de Outros Passivos Correntes e Não Correntes desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Pessoal/PER	51 062,09	0,00	56 355,37	0,00
Descontos Judiciais	1 570,50	0,00	1 955,79	0,00
Sindicatos	5 993,06	0,00	5 368,99	0,00
Complementos de Reforma	101 494,01	0,00	101 494,01	0,00
Credores por acréscimos de gastos				
Remunerações a pagar	107 699,70	0,00	91 315,91	0,00
Outras operações	17 395,46	0,00	18 487,88	0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00	1 167,13	972,67
Adiantamentos por conta de vendas	350 000,00	0,00	350 000,00	0,00
Cauções contratos arrendamento/ERPI	76 410,00	0,00	65 694,00	0,00
Outros credores	414 740,15	772 643,69	245 901,10	1 070 916,84
<b>Total</b>	<b>1 126 364,97</b>	<b>772 643,69</b>	<b>937 740,18</b>	<b>1 071 889,51</b>

### 15.12. Subsídios, Doações e Legados à Exploração

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica Subsídios, Doações e Legados à exploração apresentava os seguintes valores:

Descrição	2022	2021
<b>Doações e Heranças</b>		
Donativos	1 584,52	3 816,03
Esmolas Igreja	19 001,87	18 313,23
<b>Subsídios do Estado - Segurança Social</b>		
Lay-off	0,00	5 062,23
Reembolsos Funeral	0,00	4 009,86
<b>Total</b>	<b>20 586,39</b>	<b>31 201,35</b>

### 15.13. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 detalha-se como segue:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	201 340,03	178 983,67
Trabalhos Especializados	99 336,76	90 666,16
Honorários	90 180,43	85 798,60
Encargos Saúde Utentes	52 011,63	35 776,16
Eletricidade	30 312,56	24 687,55
Conservação e reparação	20 364,14	11 310,46
Combustíveis/Gás	16 759,80	14 294,72
Limpeza, higiene e conforto	14 924,97	20 925,71
Água	14 320,59	14 378,31
Publicidade e Propaganda	8 977,70	7 392,16
Material de Escritório	5 235,21	5 330,79
Contencioso e Notariado	4 141,56	3 653,41
Rendas e alugueres	4 035,31	2 735,50
Comunicação	3 135,46	11 670,97
Seguros	2 306,66	3 716,23
Deslocações e Estadas/Transportes	1 621,63	406,90
Outros	36 587,08	8 988,23
<b>Total</b>	<b>605 591,52</b>	<b>520 715,53</b>



#### 15.14. Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos encontra-se em 2022 e 2021 dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	7 530,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	807,56	0,00
<b>Rendas e Outros rendimentos em Investimentos Não Financeiros</b>		
Alienações de imóveis - Mais-valias	0,00	529 424,52
Arrendamento de imóveis	206 259,55	202 602,68
<b>Outros rendimentos</b>		
Correções relativas a períodos anteriores	138 018,85	122 188,69
Perdão PER	66 488,50	66 856,58
Restituição de Impostos	10 011,73	15 889,10
Outros	1 020,59	423,78
<b>Juros de depósitos a prazo</b>		
Juros de depósitos a prazo	10,00	0,00
<b>Total</b>	<b>430 146,78</b>	<b>937 385,35</b>

No decurso do exercício de 2022 e 2021, a Ordem do Carmo procedeu a um conjunto de anulações de saldos antigos de outros credores que remontam ao Processo Especial de Revitalização, as quais, geraram um ganho líquido de 121 mil euros e de 122 mil euros, respetivamente, contabilizado como “Correções relativas a períodos anteriores”.

#### 15.15. Outros gastos

A rubrica de Outros gastos encontra-se em 2022 e 2021 dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
<b>Impostos</b>	<b>6 944,07</b>	<b>7 438,56</b>
<b>Outros Gastos e Perdas</b>		
Correções relativas a períodos anteriores	216,66	21 956,25
Multas e Penalidades	0,00	23,85
Outros	0,44	1 332,10
<b>Total</b>	<b>7 161,17</b>	<b>30 750,76</b>

## 15.16. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 16. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 21 de março de 2023.

## 17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não são conhecidos outros eventos subsequentes que requeiram ajustamentos e ou divulgações nas demonstrações financeiras. Contudo, acreditamos que não está posto em causa o princípio da continuidade operacional.

## 18. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido positivo de 281.324,14 euros (Duzentos e Oitenta e Um Mil Trezentos e Vinte e Quatro Euros e Catorze Cêntimos) seja transferido na sua totalidade para a rubrica de Resultados Transitados.

7  
P...  
[Handwritten signature]

Porto, 21 de março de 2023

O Responsável pela Contabilidade

[Handwritten signature]  
Dra. Ana Alexandra dos Santos Neves  
(CC n.º 83.491)

A Mesa Administrativa

[Handwritten signature]  
Provedor Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa

[Handwritten signature]  
Vice-Provedor João Rui Ribas dos Santos

ORDEM  
DO CARMO  
\*1736\*  
[Handwritten signature]  
Tesoureiro Maria Gabriela Guimarães Gaifem Ramos

Praça Carlos Alberto, Nº 1/4  
4050 - 157 - Porto  
[Handwritten signature]

1.º Secretário Francisco Bernardo Almada Lobo

[Handwritten signature]  
2.º Secretário José Manuel Cardoso Cabral de Menezes



**RELATÓRIO DE EXAME**

À Mesa Administrativa  
da **VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA NOSSA SENHORA DO CARMO**

**Introdução**

1. Procedemos ao exame simplificado das demonstrações financeiras da **VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA NOSSA SENHORA DO CARMO** (abaixo designada por **Ordem do Carmo**), do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as quais compreendem o Balanço, (que evidencia um total de 9.710.001,02 euros e um total de fundo de capital 6.606.014,66 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 281.324,14 euros), a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração de Fluxos de Caixa e Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios do período findo naquela data e o correspondente Anexo.

**Responsabilidades**

2. É da responsabilidade da Mesa Administrativa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o resultado das operações e os fluxos de caixa da Entidade, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.


3. A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório com base no nosso exame simplificado daquelas demonstrações financeiras.

**Âmbito**

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas aplicáveis a exames simplificados, as quais exigem que este exame seja planeado e executado com o objetivo de obter um nível de segurança moderado sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

5. O nosso trabalho consistiu:

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a apreciar:
- a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
  - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
  - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; e
  - a apresentação da informação financeira;



- b) em testes substantivos às transações não usuais de grande significado.

**Parecer**

6. Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as referidas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não estejam isentas de distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

**Ênfase**

7. Conforme referido na Nota 15.14 do Relatório e Contas, no decurso do exercício de 2022, a Ordem do Carmo procedeu a um conjunto de anulações de saldos antigos nas suas contas de terceiros (fornecedores e outros credores), as quais, geraram um ganho líquido de 121 mil euros, que integra o resultado do exercício de 2022.

8. Sem afetar o parecer contante no Ponto anterior salientamos que o equilíbrio financeiro da Ordem do Carmo e o cumprimento das obrigações financeiras passadas e futuras no âmbito do PER (Plano Especial de Revitalização) encontra-se, fortemente, condicionado pelo sucesso das medidas atualmente em curso, nomeadamente, (i) a alienação e exploração do património imobiliário, (ii) o acréscimo do exercício da sua atividade de acolhimento e apoio a idosos e (iii) a exploração do circuito turístico.

Marco de Canaveses, 23 de março de 2023

Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, Lda. (SROC n.º 207)

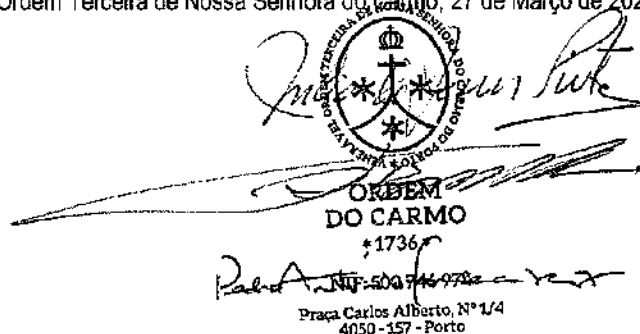
Representada por Joaquim Jorge Amorim Machado, ROC n.º 1.157

**PARECER do Definitório da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de 27 de Março de 2023**

---No cumprimento do estipulado na alínea b) do número 3 do artigo 38º dos Estatutos da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, analisámos o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pela Mesa Administrativa da Venerável Ordem, com referência a 31 de dezembro de 2022. -----  
---Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhamos a atividade da Instituição, verificando, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e demais documentos que lhe servem de suporte, os quais satisfazem os requisitos legais em vigor. -----  
---Foram sempre prestados pelos membros da Mesa Administrativa, bem como pelos serviços, todos os esclarecimentos que foram solicitados. -----  
---Analisámos também o Relatório simplificado de auditoria emitido pela Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, nada tendo a opor a este documento. -----  
---O Balanço, a Demonstração de Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações dos Fundos Próprios e a Demonstração dos Fluxos de Caixa e respetivos Anexos, refletem a posição dos registos contabilísticos a 31 de dezembro de 2022. -----  
---O ano de 2022 revelou uma melhoria acentuada nos resultados líquidos da Instituição, devido a um aumento das Vendas e Serviços Prestados pela ERPI, Cemitério e sobretudo pelo circuito histórico. -----  
---Apesar deste desempenho ainda há muitas incertezas para os próximos anos resultantes sobretudo de fatores externos. -----  
---O desenvolvimento e consolidação da Venerável Ordem deve-se também, em grande parte, à gestão prudente e criteriosa da sua Mesa Administrativa e Comissão Executiva, sem esquecer o contributo positivo dado pelos seus trabalhadores. -----  
---Assim, e tendo em consideração o atrás referido, somos de Parecer que a Assembleia Geral dos Irmãos Associados deverá aprovar: -----

1. O Relatório de Gestão e Contas da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; -----
2. A transferência dos Resultados do exercício de 2022, no montante de 281.324,14 positivos euros para a conta de Resultados Transitados. -----

---Porto e Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, 27 de Março de 2023. -----

  
ORDEM  
DO CARMO  
N.º 1736  
N.I.F. 500746974  
Praça Carlos Alberto, N.º 1/4  
4050-157 - Porto